

Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Doutoranda na Universidade Federal de Sergipe

Endereço profissional: Universidade Federal de Sergipe, Colégio de Aplicação – Avenida Marechal Rondon S/N, Jardim Rosa Elze, 49.100-000 – São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Telefone: (79) 3212-6930; Fax: (79) 3212-6931

Endereço eletrônico: ssmmenezes@ig.com.br

Maria Geralda de Almeida

Doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III (1985)

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás

Endereço profissional: *campus* II da Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – Itatiaia, 74.000-970 – Goiânia, Goiás, Brasil

Telefone: (62) 521-1170/ramal: 22; Fax: (62) 521-1184

Endereço eletrônico: galmeida@iesa.ufg

Resumo

O presente estudo tem como objetivo, discutir os conceitos do rural, território e redes, relacionando a uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores no sertão sergipano, favorecendo a revalorização destes e fortalecendo a identidade cultural. A criação desta atividade, prioritariamente na zona rural, está intimamente ligada a uma população que reluta em não abandonar a terra natal, refletindo a percepção do mercado de trabalho atual e a sua difícil inserção no sistema produtivo. As redes de sociabilidade articulam os elementos constituintes da cadeia produtiva do leite, visando manter-se na sua área de origem, possibilitando o surgimento de uma dinâmica no mercado informal através da criação de alternativas para beneficiamento do leite, gerando trabalho e renda, e, conseqüentemente, reproduzindo-se. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural do sertão sergipano, diferentemente do que acontece com o grande capital industrial.

Palavras-chave: rural, identidade, redes, fabriquetas, território.

Resumen

Uno para mirar en las redes de construídas del sociability del territorio del queso pequeño fábricas

El actual estudio que tiene como objetivo para discutir los conceptos de agrícola, territorio y redes que son relacionados una actividad a agroalimentar creada para los agrónomos adentro el favorecer de Hinterland del sergipano el revalorización de éstos y fortaleciendo el cultural identidad. La creación de esto el prioritariamente de la actividad en la zona agrícola es intimamente encendido a uno población que reluta en no abandonar la tierra nativa, reflejo de la opinión de mercado del trabajo actual y de su inserción difícil en sistema productivo. las redes del sociability articulan los elementos constitutivos del cadena productiva de la leche que tiene como objetivo para permanecer en su área del origen que es hecho posible el brote de una dinámica en el mercado informal a través de la creación de paradas de los alternativas mejora de la leche que genera el trabajo y la renta y conseqüentemente el multiplicarse. Sin embargo, las políticas públicas no se dirigen para

esto sector en la dirección para valorar el cultural existente potencial de la manera agrícola el Hinterland del sergipano de eso sucede diferentemente con gran capital industrial.

Palabras clave: agrícola, identidad, redes, fábrica pequeña, territorio.

Abstract

One to look at on the nets of sociability construídas of the territory of the cheese small factories

The present study has objective to discuss the concepts rural, territory and nets relating at an activity agro nourish has created by farmers in the Sergipe outback favoring the revalorization of these and strengthening the cultural identity. The creation of these activities prioritizing in the rural zone is notifying tied a population that strives against in no to abandon the native earth, reflecting the perception of the market of work current and the its difficult insertion in the system productive. The nets of sociability articulate the elements constituent of the productive milk's chain aiming at to keep up in its origin's area making possible the emerge ion of a dynamic in the informal market across of the creation of alternatives for beneficiary of the milk generating work and rent and consequent reproducing it. But, the public politics aren't directioned to this sector in the sense of to valorize the cultural potential existent in the rural middle in the Sergipe outback differencing of that happen with the big industrial capital.

Key words: rural, identity, nets, manufacture, territory.

Introdução

O presente artigo objetiva discutir os conceitos como o rural, o território e as redes. O estudo desses referenciais, teórico-conceituais, tem constituído alguns debates interdisciplinares, criando um campo fértil na realização de pesquisas. Portanto, tendo em vista a polissemia que perpassa estes temas, o debate em torno deles tem sido permeado por inúmeras abordagens, propiciando consensos e divergências.

Na análise geográfica, tentaremos articular território e redes. Conforme destaca Offner e Pumain: “o território é, pois, espaço definido de um modo muito geral como sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. Por conter atributos espaciais e simbólicos é que se pode articular a rede ao território”. (1996, p.156). Ao aprofundar o debate utilizando-se do referencial teórico, far-se-á, relacionando a uma atividade agroalimentar criada pelos agricultores que favoreceu a revalorização destes e a manutenção da identidade cultural. Através da articulação das redes de sociabilidade ou sociais no sertão sergipano, esta atividade absorverá elementos constituintes da cadeia produtiva do leite, resultando na construção do território. Este artigo objetiva analisar, tentando compreender, como os diferentes atores criam suas estratégias e articulam-se visando manter-se em determinadas áreas.

A base destes atores é a ruralidade, que permeia suas relações e existência, razão pela qual a discussão iniciará pela mesma para, posteriormente, fazermos uma abordagem do sertão sergipano, território destes atores sociais e da formação das redes das sociabilidades com as fabriquetas do queijo.

A discussão sobre ruralidade

A organização do espaço rural apresenta no mundo contemporâneo, mutações que têm confrontado com conceitos nas mais diversas ciências.

Na descrição do rural, Schneider (1997) afirma que, inicialmente, na sociologia clássica americana, as definições do rural estão baseadas na perspectiva dicotômica (urbano X rural). Posteriormente, o rural é definido como agrícola no contexto da modernização (valorização da produtividade e uso de tecnologias) e em terceiro momento, o rural é substituído pela agricultura e pelo sistema agroalimentar (estudado com base na divisão social do trabalho).

A interpretação do rural, durante muito tempo, foi focalizada em atributos como atrasado comparando-o ao urbano, servindo este último como modelo a ser seguido. Após a 2ª Guerra Mundial, com a inserção tecnológica e a mercantilização das relações sociais do campo, há uma transformação no meio rural. Nesse sentido, Blume (2004) destaca: “a industrialização avançou no sentido das localidades rurais e a homogeneidade que era uma forte característica das bases operacionais rurais, já não se apresentava tão bem demarcada como antigamente”. (2004, p.33) No Brasil, surgiram áreas consideradas modernas, com a inserção dos chamados complexos agro-industriais, contrastando com áreas que utilizavam tecnologias rudimentares.

Posteriormente, o debate sobre o rural aborda a divisão social do trabalho no campo, destacando a agricultura como o objeto principal de estudo.

A partir da década de 1990, segundo este mesmo autor (2004), a análise do rural divide-se em diferentes posicionamentos que revalorizam a temática, sendo atribuída importância considerável a ruralidade. Sob esta perspectiva, o autor assinala que através do ressurgimento deste tema “o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola. Esta diferenciação passa a ser condicionada pelo fato de que para larga camada da população, o rural se mantém carregado de um simbolismo associado ao meio ambiente não podendo ser simplesmente ignorado”. (2004, p. 35)

No Brasil, pós 1990, as discussões sobre as definições do rural evoluem e diversificam, sendo estes conceitos reflexos das transformações induzidas pela globalização, novas tecnologias, fim da dicotomia rural-urbano e a questão ambiental.

Para Graziano da Silva (1999), o rural pode ser entendido como um *continuum* do urbano. Este posicionamento decorre da influência das atividades urbanas que se adentram no rural, sendo preconizado o fim do rural diante do avanço de novas atividades. Entretanto, observa-se que estas transformações não ocorrem como assinala Graziano da Silva em todas as regiões do país. Apesar da crise por que passa, o meio rural apresenta dinamismo, enfrentando intempéries como no caso nordestino a crise da cotonicultura e as sucessivas secas. Sob esta perspectiva, Wanderley enfatiza: “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”. (2001, p. 38).

A esse debate, surgem outros posicionamentos diferentes da postura de Graziano da Silva, como o de Carneiro (2001) que ao interpretar as transformações no meio rural, a exemplo das ocupações não-agrícolas pelas populações rurais, assim como novas alternativas de lazer. Estas atividades não conduzem ao fim do rural, ao contrário, são formas construídas na busca da preservação da identidade social e, conseqüentemente, fortalece a ruralidade. Carneiro enfatiza: “mais importante que precisar fronteiras entre rural e urbano ou relevar as diferenças culturais nas representações sociais a autora sugere verificar a qualidade das relações que as práticas sociais estabelecem sobre o espaço”... (2001, p. 13)

Discutindo a ruralidade, esta autora o concebe “como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. (2001, p. 15) De acordo com essa visão, entendemos que apesar das transformações que ocorrem no meio rural, a identidade cultural e a ruralidade têm sido mantidas. A autora sugere que o olhar deve ser direcionado aos atores sociais e não, exclusivamente, às atividades econômicas. Na sua abordagem, ela dá ênfase à discussão do rural, tendo como base o território, que serve como referência para identidades construídas a partir do cruzamento de aspectos geofísicos, econômicos e culturais (muitas vezes expresso na identidade de um produto). A noção de território que ela utiliza, visa

resgatar, preservar e estimular expressões da cultura local na elaboração de produtos de qualidade e de identidades próprias.

Blume recorre à definição de Veiga, para quem através da “abordagem territorial para o rural poderá proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como fundamentos ecológicos e econômicos cingidos no espaço”. (2004, p.42) Ao citar Veiga, Blume esclarece que considera esta discussão sobre o rural inovadora no Brasil. No estudo de Veiga, ele afirma a necessidade de serem incorporadas e valorizadas as potencialidades existentes no meio rural. A partir dessa visão, ocorrerá uma integração dos atores sociais, mercados e as políticas públicas, proporcionando, conseqüentemente, uma reestruturação do espaço, objetivando o desenvolvimento.

Diante dessas discussões, optamos por estabelecer o estudo a respeito do rural sob a ótica de Carneiro, privilegiando a questão cultural. Nesse exemplo estudado, observa-se que ao criar uma atividade agroalimentar, com base na cultura local, os atores buscam continuar convivendo no seu território. Tendo em vista a articulação existente, observa-se que não há indício de descaracterização do rural. Sob esta perspectiva, acreditamos que a criação das fabriquetas de queijo - atividade agroalimentar no meio rural sergipano - confirma uma estratégia, viabilizando o fortalecimento da ruralidade, uma vez que absorve a produção de leite dos vizinhos, parentes e amigos. Assim como, esta atividade resgata o saber-fazer dominante na área, produzindo em escala maior o alimento que faz parte da identidade cultural do sertanejo *o queijo*. Assim, ao contrário do que foi preconizado por alguns autores, a exemplo de Graziano da Silva, o *rural* continua vivo e revalorizado. Nos últimos anos, o agricultor sertanejo transformou-se, modificando o uso da terra para resistir à saída do campo. A partir da transformação dos cultivos agrícolas, inserindo as pastagens, o agricultor familiar busca na agricultura a sustentabilidade para continuar no seu território. No nosso caso, o território é o sertão sergipano que aqui será enfocado pela vertente da produção.

A agricultura no sertão sergipano

Segundo Andrade (1986) e Diniz (1996), a ocupação das áreas sertanejas em Sergipe, iniciou-se no século XVI com a doação de grandes e pequenas glebas de terras pela coroa Portuguesa, visando firmar a posse, então ameaçada pelas invasões holandesas. A dimensão dessas glebas de terras, isto é, das sesmarias, variava de acordo com as possibilidades de sua utilização econômica, como também por sua localização e facilidade de acesso. A pecuária praticada em grandes áreas, permitiu a formação de explorações extensas, porque necessitava de grandes áreas para a produção, uma vez que o gado era criado solto, sem grandes cuidados e economicamente, apresentava-se como uma atividade importante na complementação para a produção de açúcar, suprimindo a demanda de animais para os engenhos e na alimentação da população.

Embora tenham participado outras categorias na ocupação, o sertão tem, no vaqueiro, um dos agentes precursores do povoamento, como salienta Diniz:

Na expansão do povoamento para o sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro que utilizando-se da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais. (1996, p. 52)

Neste período, além da criação de gado, os agricultores familiares no sertão, dedicavam-se aos cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Para tanto, aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam com o grande proprietário uma relação indireta no uso da terra pagando em renda-trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas.

Porém, a produção de alimentos não se constituiu na atividade mais importante do sertão, como destaca Andrade:

[...] a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais”, devido à grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas. (1986, p. 155).

No final do século XVIII e no século XIX, houve uma grande expansão da lavoura do algodão, sobretudo no período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esta cultura presente nos estabelecimentos do agricultor familiar, desperta o interesse também do grande proprietário, uma vez que este, percebendo que a rama do algodão, juntamente com a palha do milho, poderia constituir-se em uma ração suplementar para o gado nos meses mais secos, passou a ceder terra aos trabalhadores desprovidos desse bem em troca do restolho dessas culturas. Conseqüentemente, houve uma revitalização da pecuária, surgindo novas perspectivas para o sertão. E esta atividade, juntamente com a pecuária, proporcionou o surgimento de vários centros urbanos no sertão sergipano.

Após o período de crise do algodão, o agricultor familiar continuou a plantar o mesmo cultivo consorciado, enquanto os grandes proprietários se dedicaram à pecuária de forma praticamente exclusiva.

A pecuária, apesar de ser uma atividade importante, até a metade do século XX apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa do sertão. A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, alçada prioritariamente por uma agricultura familiar, tem seu crescimento acelerado. Este crescimento é uma conseqüência de alguns fatores favoráveis como: melhores estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada principalmente para a região semi-árida através dos Projetos PROTERRA, POLONORDESTE e SERTANEJO.

As linhas de atuação do PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste - consistiam no apoio ao campesinato, com pequenos estabelecimentos ou desprovido de terra através da desapropriação, e também com a introdução de programas de modernização agropecuária e agro-industrial com liberação de financiamentos a longo prazo e juros baixos. Entretanto, esse programa revelou-se como uma fonte de crédito rural em detrimento da distribuição de terras no Nordeste.

Para SORJ:

A maior parte desse crédito tem-se orientado para a pecuária de corte e leiteira, incentivando dessa forma a expansão da pecuária na região. Como é sabido, a pecuária se caracterizou por ser uma atividade poupadora de mão-de-obra, e assim os processos de expulsão dos trabalhadores rurais nos estabelecimentos que se pecuarizaram com o apoio do crédito do PROTERRA podem ser, em parte, creditados a ela. (1986, p. 103)

Dessa forma, o programa, que objetivava a distribuição de terras, aplicou a maior parte dos seus recursos na inovação e modernização dos grandes e médios estabelecimentos, proporcionando a expulsão de parte da população rural sem terra.

SORJ (op. cit. p. 104) ainda, analisando a atuação do POLONORDESTE – 1974 – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas, reafirma sua idéia ao dizer que este programa se transformou em um mecanismo de fortalecimento dos grandes e médios produtores, reforçado pela implementação de projetos de modernização agrícola, provocando o crescimento do êxodo rural, em virtude da expansão pecuarista na área.

O Projeto SERTANEJO – Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, foi criado em agosto de 1976. Visava interferir nesta área nordestina, objetivando tornar a sua agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento. Este projeto, contribuiu para o crescimento da pecuária, atuando na viabilização das reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem, funcionando como linha de crédito destinada a investimentos fixos, semifixos e de custeio. Tal projeto, desenvolveu ações que proporcionaram a implantação de pastagens,

mecanização e tração animal, conservação de açudes e solos. Assim, de forma crescente foram introduzidas na área sementes selecionadas como a do *buffel* (*Cenchrus ciliaris*), pangola (*Digitaria decumbens* S) e a brachiária (*Brachiária decumbens*), além da utilização de máquinas agrícolas modernas (como tratores) na aração das terras.

Com a introdução dessas mudanças na agricultura e o incremento da pecuária, os proprietários rurais utilizam-se de reduzida mão-de-obra no trato com o gado. Na formação das pastagens plantadas, recorrem-se à renda-trabalho para semear o capim, cedendo a terra por um a dois anos aos camponeses, recebendo em troca o pasto formado. Assim esse trabalhador, sem-terra ou com terra, insuficiente passa a deslocar-se em busca de novas terras.

Aliando-se a esses fatores, têm-se os efeitos da legislação trabalhista, que muito onera os empregadores na manutenção de trabalhadores residentes, optando estes, desse modo, pelo emprego dos temporários. Além dessas causas, a cidade atrai o homem do campo, devido ao desenvolvimento industrial e à maior oferta de serviços; entretanto, a oferta não se apresenta compatível com a demanda de postos de trabalho, em virtude da velocidade do crescimento populacional urbano. Devido a esta acentuada urbanização nos anos 1970, há um incremento na demanda do leite e uma maior valorização desse produto. O escoamento é facilitado pelas novas e pavimentadas rodovias que integram com rapidez as áreas produtoras aos recentes mercados. Em contrapartida, tem-se a decadência do cultivo do algodão neste Estado devido à praga do bicudo-*Anthono-musgandis*, ficando o camponês sem um produto de valor comercial. Desse modo, há um crescimento na pecuária leiteira principalmente nos estabelecimentos camponeses do sertão sergipano, com produto com inserção no mercado.

Assim, a pequena unidade de produção pertencente aos agricultores familiares, que se dedicavam à lavoura de milho, feijão, mandioca e algodão consorciados, transformam a pequena unidade de produção, especificamente os espaços de seus cultivos, em pastagens direcionadas para o gado leiteiro, na busca da sobrevivência. A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorreu do rendimento mais estável e seguro da pecuária, o que viabiliza a persistência camponesa, criando dessa forma uma estratégia de reprodução. Assim se expressa WOORTMANN, em uma análise da relação entre o camponês e sua propriedade, nas terras sergipanas:

No sítio o gado é “criação” e corresponde a uma atividade meio. Seu significado é, basicamente o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; o de uma forma de acumulação ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive para possibilitar a herança. (1995, p. 286)

A atividade pecuarista além de ser um “capital” para uso em caso de necessidades, contribuiu para o crescimento da migração de trabalhadores em virtude da relação capital-trabalho que os empurra para os centros urbanos, surgindo o chamado exército de reserva. O capital industrial investe e atrai trabalhadores da zona rural e, a sua expansão se dá associada à formação do latifúndio. Nesse ínterim, os agricultores com até 50,00 ha, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo da cotonicultura e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens. Esta estratégia de reprodução, contribuiu também para a expansão da atividade pecuarista e rompe com a tradição da exclusividade do grande produtor responsabilizar-se por essa criação.

Nesse contexto, a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar criando uma nova forma de renda semanal, através da comercialização do leite. Tal fato pode ser comprovado através das informações censitárias de 1970, 1985 e 1995/1996. Refletindo as conseqüências das públicas direcionadas a expansão pecuarista e a mudança no uso da terra nos estabelecimentos familiares observa-se um crescimento de 16,6% entre 1970 e 1995/1996 no número de vacas ordenhadas na

microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco¹. No último censo, esta microrregião totaliza um percentual superior a 37% de vacas ordenhadas no Estado de Sergipe, estando os mesmos concentrados nos estabelecimentos familiares que dedicam com exclusividade à criação destes animais. Vide tabela 01.

Tabela 01 – Sergipe: vacas ordenhadas – 1970-1985-1995/1996

Microrregiões geográficas	1970 cabeças	1970 %	1985 Cabeças	1985 %	1995/1996 Cabeças	1995/1996 %
Sertão Sergipano do São Francisco	17979	20,9	34973	30,0	52318	37,5
Carira	12980	15,1	12436	10,7	13894	9,9
Nossa Senhora das Dores	7077	8,3	5880	5,0	8408	6,0
Agreste de Itabaiana	5647	6,6	7524	6,5	8404	6,0
Tobias Barreto	5829	6,8	10873	9,4	11836	8,5
Agreste de Lagarto	10260	11,9	8833	7,6	7931	5,7
Própria	5325	6,2	6223	5,4	8981	6,5
Cotinguiba	6294	7,3	4849	4,2	2443	1,8
Japaratuba	2546	2,9	1572	1,4	3795	2,7
Baixo Cotinguiba	2443	2,8	5017	4,3	6294	4,5
Aracaju	2129	2,5	2189	1,9	1944	1,4
Estância	1555	1,8	4614	3,9	4672	3,3
Boquim	5908	6,9	11315	9,7	8608	6,2
Total	85972	100,0	116298	100,0	139528	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1970, 1985, 1995/1996.

Analizando as informações censitárias, podemos comprovar os efeitos da transformação do uso da terra pelo agricultor familiar, sobretudo na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco. Nesta microrregião, houve um aumento de 25,5% no volume de leite produzido, no período de 1970 a 1996, absorvendo, no último censo, mais de 40% do total produzido no Estado, constituindo a maior bacia leiteira. Observa-se que esta microrregião apresenta um percentual de crescimento superior na produção de leite-25,5%, comparando com o crescimento no total do número de vacas ordenhadas-16,6% o que significa, que ocorreu um melhoramento no padrão genético dos animais. (tabela 02).

Tabela 02 – Sergipe: produção de leite (mil litros) – 1970-1985-1995/1996

¹ Microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco é formada pelos seguintes municípios: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Gararu, Feira Nova e Graccho Cardoso, Nossa Senhora da Glória.

Microrregiões geográficas	1970 volume	1970 %	1985- volume	1985 %	1995/1996 Volume	1995/1996 %
Sertão Sergipano do São Francisco	8165	17,9	30948	33,2	54746	43,4
Carira	6648	14,6	10047	10,8	15067	12,0
Nossa Senhora das Dores	4029	8,8	4341	4,7	7027	5,6
Agreste de Itabaiana	2725	6,0	5853	6,3	6865	5,4
Tobias Barreto	2252	4,9	6430	6,9	7973	6,3
Agreste de Lagarto	5976	13,1	6441	6,9	6539	5,2
Própria	3925	8,6	5480	5,9	8620	6,8
Cotinguiba	1822	4,0	3088	3,3	3507	2,8
Japaratuba	1501	3,3	1218	1,3	2372	1,9
Baixo Cotinguiba	1901	4,2	6672	7,2	2926	2,3
Aracaju	1145	2,5	1618	1,7	1737	1,4
Estância	2934	6,5	3041	3,2	2933	2,3
Boquim	2557	5,6	8007	8,6	5802	4,6
Total	45580	100,0	93148	100,0	126114	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE. 1970,1985,1995/1996.

Corroborando com a discussão sobre as alterações no uso da terra, Debeux Júnior afirma que a pecuária leiteira deve ser tratada, no caso da região Nordeste, relacionando-a à questão social; nesse sentido enfatiza:

A atividade leiteira deve ser vista sob um prisma social em algumas regiões semi-áridas do Nordeste, contribuindo para aumentar a oportunidade de ocupação da mão-de-obra e remuneração do trabalho familiar sendo mais estável que a agricultura de sequeiro. (1998, p. 65)

Sua opinião reforça o que já foi apresentado anteriormente e, defendido pelos autores como Wanderley (2001) e Woortmann (1995), sobre a reorganização das forças produtivas criando novas possibilidades de sobrevivência local, através da transformação do uso da terra, permitindo a continuidade dos agricultores no seu território. Esta reorganização tem sido feita na agricultura familiar, sobretudo com a multifuncionalidade.

Abordando a temática da multifuncionalidade Carneiro assinala:

[...] manter a identidade do agricultor significa, nesses termos, (produção de alimentos, sobretudo) para estabelecer trocas com vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido. (2003, p. 96)

No caso específico aqui estudado, ao abordar a agricultura e a identidade cultural, observa-se que a mudança no uso da terra deverá ser entendida também como uma estratégia econômica e cultural, uma vez que há necessidade do agricultor em conviver na sua localidade. Portanto, ele recorre à multifuncionalidade como uma estratégia que o permite de inserir-se, o ser um membro social de um grupo. Esta reflexão vai ao encontro do posicionamento de Maluf que acrescenta:

A relação que a agricultura e a identidade social, num quadro de redução da importância econômica na produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com os parentes e vizinhos (sociabilidade e a produção de alimentos para a própria família”. (2003, pp. 144-145)

Com o crescimento da pecuária leiteira, surgem novas atividades construídas a partir do aumento da oferta do leite existente nessa região, transformando-o em derivados nas pequenas unidades de produção. Nos estabelecimentos agrícolas o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, de caráter informal. Estas são férteis mananciais de habilidades empreendedoras a exemplo das inovações na produção de novos tipos de derivados de leite, a utilização de caldeiras. São também estimuladoras de geração de renda e postos de trabalho. Essas pequenas empresas comerciais, artesanais ou protoindustriais diversificam as economias locais, surgindo um número considerável de lojas de produtos agropecuários e pequenas oficinas que criam suportes para o transporte do leite, reduzindo a utilização de animais como cavalos e/ ou jegues, e sim em motocicletas, em todos os municípios sertanejos. Observa-se que há uma necessidade incitando essas famílias a exercerem ou criarem atividades externas à agropecuária ou aproveitarem desse potencial adaptando o saber-fazer típico existente na área.

Esta atividade agroalimentar permite a consolidação dos agricultores, uma vez que absorve a produção de leite, sobretudo do agricultor familiar, constituindo em alternativa única em vários municípios do sertão sergipano. Ainda são gerados postos de trabalho no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados, incorporando em parte, os filhos dos agricultores em uma área carente de trabalho e renda. Sob esta ótica, essa estratégia expressa a garantia da permanência no meio rural preservando a identidade cultural.

Discutindo a noção de identidade, Haesbaert (1999) esclarece que a identidade social, é também territorial, quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do território ou transpassa o território. “Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que simboliza uma comunidade, até o recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, com o da Estado-Nação”. (1999 p.179)

No caso, dessas atividades agro-alimentares elas são, por excelência, intimamente ligadas ao território, em razão do processo histórico dominante na área em que se localizam como também da oferta de matéria-prima; além disso, elas identificam a cultura incorporada dos agricultores e dos consumidores. Assim, o espaço, através do trabalho, transforma-se em território. Continuando essa discussão observa-se em Dias (2005) que a lógica territorial deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados por laços de proximidade espacial e mecanismos exógenos. Para este autor (Dias) o enfoque territorial implica no desenvolvimento endógeno valorizando os aspectos culturais locais, a inserção de política pública apropriadas e as inovações tecnológicas apropriadas. Faz-se mister, portanto, valorizar os fatores considerados não transferíveis ou não mercantis como os fenômenos culturais e de identidade local, que facilitam a comunicação interna entre os atores através de redes.

Conforme lembra Haesbaert: “o simples fato de vivermos no espaço, já nos identifica socialmente e é na valorização simbólica do território que o processo de organização local das camadas excluídas é favorecido, embora muitas vezes esta tarefa seja árdua, pois

envolvem fatores muito subjetivos como sentimentos de confiança e identidade coletiva, nos quais estará baseada e será fortalecida”. (2003, p.18).

Este caráter é observado por Guattari ao abordar a idéia de apropriação, incorporando também uma dimensão simbólica, identitária e afetiva ao território quando afirma:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é um conjunto de projetos e das representações nos quais vão desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, investimentos, nos tempos e nos espaços sociais culturais [...]. (1996, p. 323).

Em uma nova perspectiva, o território é considerado atualmente não como um quadro de localização de agentes ou simplesmente um suporte de atividades econômicas. Para Mucknik & Sautier, o território:

é um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e de pertencer a este espaço. O território é então um resultado e não um dado. (1999, pp. 04-05)

Esta concepção de território é corroborada por Abramovay (2002), enfatizando a não vinculação exclusiva aos atributos naturais, sendo este, uma construção de acordo com a capacidade dos atores de estabelecerem relações organizadas mercantis e não mercantis favorecendo a troca de informações e a conquista de certos mercados, bem como a pressão coletiva pela existência de bens públicos e administrativos que dinamizam a vida regional. Observando os atores do sertão sergipano, de fato há uma troca de informações no tocante a questão de mercado, a inserção de novas práticas na produção dos derivados e em menor intensidade a exigência coletiva para satisfação de bens públicos.

Em 1996, Offner e Pumain apresentaram uma problemática nova no campo da geografia, que consiste na articulação da rede social e território. Para eles, a rede social é como um conjunto de indivíduos ou de grupos que entretêm relações binárias permitindo a circulação de oportunidades. Quanto ao território:

o território é apropriação. Através dele uma população define o que, no espaço, releva a um uso legítimo, prático e simbólico...O território é regulação; não há identidade sem regras, implícitas ou explícitas ou consentidas, modelando as trocas entre si e com os outros. (1996, p.155)...o território é pois espaço-definido de modo muito geral como um sistema de proximidade, de distâncias e de escalas, ao mesmo tempo como identidade coletiva. (1996, p.156)

No caso das atividades agroalimentares do sertão sergipano, nota-se que o território foi definido pelo setor queijeiro. Ele consolida-se, também, pelas redes, importantes na articulação dos elementos, que compõem a cadeia produtiva do leite.

As redes e a formação do território queijeiro

Focalizando a discussão sobre redes, Haesbaert (2002) afirma que este conceito nasce com o capitalismo, sendo utilizado pelos pesquisadores no século XIX, ao tentar explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista.

Para Guerrero (1999), a rede é constituída por um conjunto de atores sociais que atuam como emissores ou receptores, e os vínculos ou elementos relacionais atuam como canais de comunicação.

A importância adquirida pelas redes, na sociedade atual, está relacionada ao papel conquistado por elas na circulação de bens, pessoas e informações. Haesbaert (2002), destaca que identificar as redes de dimensão planetária é tão importante quanto identificar as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas. Neste artigo, abordaremos as redes de caráter local denominadas de redes sociais ou de sociabilidade relacionando-a com a atividade agroalimentar no sertão sergipano.

Dias (2005), discutindo sobre as redes sociais, enfatiza que “o mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social parentesco, amizade, vizinhança”. (2005, p. 30). Esta autora destaca que “estas redes transcendem as organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, os sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico”. (2005, p.36) Corroborando com essa discussão sobre redes, Randolph afirma:

Usa-se o termo em relação a relações familiares (rede familiares), de amizade, de ajuda mútua (redes de vizinhança), de contatos e organização de movimentos sociais (redes sociais). (1993, p. 788)

Comungando com essa discussão, neste artigo está sendo considerado o termo rede para relações familiares, de vizinhança articuladas por agricultores em busca da reprodução no sertão sergipano. E para isso estamos respaldadas em Castells (2000), para quem as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade e constroem redes entre vizinhos... Essas redes são frutos de histórias em comum e confiança, que cresce no cotidiano de pessoas com objetivos semelhantes.

Na viabilização da atividade queijeira, surge como principal incentivador, a rede familiar, que cede o capital inicial e repassa o “saber-fazer”, conhecimento adquirido com a família na produção do queijo caseiro. A rede de vizinhos fornece a matéria-prima (leite) contribuindo para a viabilização da atividade. A mão-de-obra é familiar e, em alguns casos, são utilizados trabalhadores temporários e/ou permanentes, de acordo com o volume da matéria-prima e a demanda do mercado.

Essas pequenas unidades informais do setor leiteiro, absorvem a produção dos agricultores familiares, além de médios e grandes proprietários. Cerdan & Sautier (2002), ressaltam a importância econômica e a resistência dessas unidades de transformação modestas e até rudimentares, relacionando-as à proximidade geográfica e social entre os fabricantes e produtores. Apresentam como vantagens comparativas, o controle exercido direto pelo proprietário, um fluxo de informações eficientes e as relações entre as mesmas de cooperação no período de inverno, e de concorrência no verão, devido à escassez de matéria-prima. Para Abramovay (1999), mais importante que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base de empreendimentos inovadores. Esta reflexão vai ao encontro da abordagem de Santos (1997), ao afirmar que para o geógrafo, as relações de proximidade não se limitam a uma mera definição de distâncias. Estas relações de proximidade estão relacionadas às inter-relações vividas entre as pessoas em uma mesma extensão, não devendo ser apreendidas em uma análise da situação de vizinhança somente às relações econômicas, mas, à sua totalidade. A partir das abordagens dos autores, observa-se a importância da vizinhança para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas frente às dificuldades tornando-se estas relações um atributo valioso existente no mundo rural.

Segundo Abramovay (1997), a valorização dos atributos de uma região pelos atores locais permite a existência de uma dinâmica de concorrência-emulação-cooperação entre as empresas de uma certa região.

De fato, ao observarmos a rede de comercialização de queijo, os produtos das fabriquetas são deslocados dos seus municípios e com utilização dos fluxos atingem os

mercados intra-estadual e interestadual. Sobre a questão dos fluxos e sua ligação com as redes, Dias expõe:

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações, pressupõem a existência de redes. A primeira propriedade das redes é a conectividade – qualidade de conexo – que tem ou em que há conexão, ligação. (1995 p. 148)

Diante desse contexto, verifica-se que a rede comercial ou de circulação, comanda esses fluxos de forma contínua, programada entre os membros envolvidos, interagindo-se diariamente e impulsionando as mudanças exigidas pelo mercado. Ainda sobre as redes de circulação, Santos destaca:

No processo global de produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. (1996, p. 214)

Estes fluxos sobrevivem e fazem sobreviver no sertão sergipano os agricultores familiares através da circulação das mercadorias – derivados de leite e conseqüentemente capital que por sua vez dinamiza áreas.

Não é sem razão que a rede comercial exerce um “poder” sobre a atividade na medida em que fixa os preços dos produtos refletindo a demanda e oferta do mercado, além de introduzir algumas mudanças nos derivados de acordo com a exigência do consumidor. A situação do agricultor familiar neste contexto é uma conseqüência dessas relações uma vez que o preço do leite depende do valor dos derivados que são fixados pela rede comercial. Entretanto, vale lembrar que muitos dos comerciantes são filhos desses agricultores não tendo estes o objetivo de prejudicá-los economicamente.

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. (1993, p. 204)

O poder neste caso é exercido pelos comerciantes e atravessadores. De acordo com as exigências do mercado consumidor, repassadas pela rede comercial, os produtores de queijo introduzem algumas modificações em busca de nichos de mercados, propiciando a sua inserção econômica e a sua manutenção.

A aceitação deste produto esta intimamente relacionada à identidade cultural. Quanto aos consumidores desses produtos, eles têm perfil extremamente variado, pertencendo às mais diferentes classes sociais; porém, observa-se que muitos consumidores, ao provarem esses produtos, revelam a lembrança com fatos passados, que têm traços de uma identidade cultural. Nesse sentido, Vilela destaca:

O alimento representa um símbolo e contém códigos que influenciam determinantemente a sua escolha. Em outras palavras, alimento e sabor são, em grande medida, culturalmente determinados, uma expressão da identidade (local/ regional/nacional). (1999, p. 31).

É interessante ainda registrar que as gerações mais novas nem sempre consomem esses produtos devido aos novos tipos oferecidos no mercado como requeijão cremoso e tantos outros. No entanto, verificou-se que alguns consumidores repassam para seus filhos a tradição do consumo desses produtos tradicionais. Tal fato foi comprovado em entrevistas no momento de aquisição dos produtos nas diversas feiras de Aracaju, como destacou uma consumidora pertencente à classe média.

Outros consumidores consideram o queijo um alimento essencial, que não pode ficar ausente no seu dia-a-dia. Daí, ele ser um comprador regular desse derivado na feira de bairro que frequenta.

Uma tendência em crescimento, atualmente nas capitais nordestinas, consiste na venda do queijo de coalho assado nas praias, além do aumento de restaurantes típicos que oferecem produtos tradicionais da cozinha nordestina como o queijo coalho, a manteiga comum e a de garrafa. Com esses novos mercados e a exigência da qualidade nos dias atuais, deve os produtores repensar urgentemente a sua melhoria. Devem passar essa preocupação aos produtores rurais desde o momento da ordenha, pois a falta de cuidados vai interferir na integridade da matéria-prima. Com o crescimento do mercado consumidor e o surgimento de novos nichos de mercado, eleva a demanda por esses produtos artesanais, proporcionando o surgimento de numerosas unidades de produção nos municípios sergipanos. Verifica-se uma aglomeração de micro-empresas informais, concentradas geograficamente no sertão sergipano, estabelecendo a cooperação e competição entre si e interagindo com os demais atores (produtores de leite, comerciantes, atravessadores) constituindo vínculos com toda cadeia produtiva do leite, enraizando-as em vários municípios, sendo consideradas como um SPL.

Veiga (2005), define os SPL (Sistemas Produtivos Locais) como uma rede de empresas de uma mesma atividade/especialidade que cooperam um determinado território. A principal vantagem, os SPL, para o desenvolvimento, são as relações de proximidade e de interdependência entre as empresas favorecendo a competitividade do território. Nessa perspectiva, este autor acrescenta que “a melhor ferramenta de desenvolvimento local passa a ser o patrimônio natural, que também costuma ser ligado a alguma forma de patrimônio cultural”. (2005, p. 75-76) Estas relações de proximidade constituem em um suporte frente as dificuldades vivenciadas por esta atividade informal no mundo globalizado.

Nas últimas décadas, vivendo a era da globalização, as fronteiras da relação mercado interno/mercado externo tornam-se mais tênues, prevalecendo o chamado sistema global. Nesse contexto, a alocação de capitais no interior do globo são comandadas por transnacionais, que se constituem em novos sujeitos. O parâmetro mais importante para essas empresas é o nível de valorização ampliada dos seus capitais. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão e concentração de capitais com a instalação de transnacionais no interior, constata-se a criação de estratégias de reprodução, explorando nichos, contribuindo para a inserção no mercado informal dos agricultores familiares.

Como pode sobreviver uma atividade “rudimentar” calcada no saber-fazer em um mercado globalizado e competitivo? Neste caso, a expansão dessa atividade no sertão nordestino não está relacionada exclusivamente à questão meramente econômica. O crescimento é proporcionado pela existência de redes permeadas com relações de proximidade. Diante desse contexto, pode-se aferir que existe nesse território um potencial que deve ser incorporado e valorizado pela sociedade e pelas instituições objetivando o desenvolvimento dessas comunidades. Discutindo a potencialidade existente em determinadas comunidades, Scherren-Warren assinala, um social capital sendo definido como:

um potencial produzido na vida das pessoas de uma comunidade, compreendendo características como a existência de redes sociais, normas, e confiabilidade, que permite aos indivíduos agirem mais eficazmente juntos a desenvolverem objetivos comuns. (2005, p. 34)

Portanto, na área de estudo, os fatores desagregadores são parcialmente compensados por forte identidade cultural e solidariedade através das redes sociais ou de sociabilidade. Estas são relações horizontais com forte poder de coesão social, cultural e territorial viabilizadoras da persistência do agricultor familiar.

Constata-se que algumas atividades produtivas desenvolvem-se através de articulação de relações de proximidade e das redes econômicas, sociais e técnicas. Segundo Hubert (1997), as redes sócio-técnicas são entendidas como estruturas

desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas, que reúnem atores individuais e institucionais em âmbito regional ou local, em torno de objetivos comuns. Na realidade, essas redes muitas vezes não são perceptíveis. Assim, raramente as instituições públicas, avaliam o potencial dessas articulações possibilitadoras de crescimento das atividades e do desenvolvimento local a partir da sustentabilidade desta atividade e, por consequência, do agricultor familiar.

Com o processo de mundialização do capital, observa-se que há um crescimento de produtos alimentícios de outros mercados distantes, bem como a presença de empresas globais no interior dos territórios até então de domínio nacional, inclusive na região sertaneja. Entretanto, essas empresas como é o caso da *Parmalat* estão preocupadas com a reprodução ampliada do capital mantendo relações meramente econômicas no meio no qual estão instaladas. Uma empresa do porte desta, transnacional, privilegia a regularidade e o maior volume de produção diário. Assim, a *Parmalat*, argumentando que a área sertaneja não apresentava tais características e, como existisse ainda uma forte concorrência no mercado do leite com as fabriquetas de queijo, alegou tais fatos para o fechamento das instalações em 1998, saindo do mercado local. Sobre essas concorrências Jank afirma:

As multinacionais exigentes em qualidade e padronização de seus derivados lácteos convivem com pequenas queijarias que sobrevivem das lacunas na fiscalização e legislação tributária. (1999, p. 59)

Com a saída da *Parmalat*, as fabriquetas de queijo proliferaram mais ainda no semi-árido sergipano, absorvendo o leite produzido pelos estabelecimentos agrícolas grandes, médios e principalmente dos pequenos, isto é, dos agricultores familiares. Estas unidades de produção são imprescindíveis na viabilização do mercado leiteiro como enfatiza Souto, referindo-se ao noroeste sergipano:

Produzindo principalmente manteiga comum, requeijão, queijo coalho, e manteiga de garrafa (subproduto do queijo coalho), as fabriquetas participam do mercado com certa competitividade diante das agroindústrias. (1998, p. 36)

A expansão da produção de queijos atinge os municípios circunvizinhos do Sertão Sergipano, a exemplo de Nossa Senhora de Lourdes, um grande número de jovens e adultos, além da produção dos derivados de leite, faz a intermediação, responsabilizando-se por grande parte da comercialização de queijos na capital do Estado - Aracaju. Essa atividade está disseminada em toda a sua área rural e urbana. Tal fato foi verificado por VARGAS ao estudar a região do Baixo São Francisco, tendo a autora destacado a expressão da comunidade sobre o município, enfatizando tal atividade:

Na sede, quase todo mundo é ocupado com uma atividade, geralmente familiar, mas todas clandestinas: fabricam manteiga, queijo, requeijão e mussarela, criam porco. Tudo é vendido sem intermediário. Estas atividades elevaram a renda da população que, comparada com os municípios vizinhos, tem mais poder de compra. (1999, p. 201).

Entretanto, o Estado permanece ignorando esta atividade, não promovendo a sua modernização. Observa-se que há uma tendência em se demonstrar o valor das fabriquetas de queijo na economia dos pequenos municípios sertanejos. Porém, é notória a necessidade de novas tecnologias no processamento, o estabelecimento de padrões mínimos de higiene e a diversificação da produção com novos queijos, como já ocorre de forma pontual em algumas áreas. Além disso, com a introdução de produtos lácteos objetivando uma melhor utilização do soro uma vez que possui alto valor nutritivo, poderia elevar a renda com um novo produto a oferecer de grande aceitação no mercado.

É preciso que o Estado participe efetivamente, promovendo a modernização dessa atividade, o que beneficiará a cadeia produtiva do leite, principalmente no sertão sergipano.

Tal mudança poderá incrementar um melhor nível de vida para todos aqueles que estão atrelados a essas pequenas unidades de processamento de leite, que, sem sombra de dúvidas, são também os pequenos produtores rurais. Discutindo o combate ao baixo nível de vida no Brasil, SILVA destaca a viabilidade da instalação de agroindústrias no país:

[...] uma estratégia mais ampla de combate à pobreza no país, tem de incorporar uma proposta de urbanização desse mundo interiorano... e estimular a instalação de agroindústrias e indústrias de pequeno porte, tanto para aumentar o valor agregado da produção local e evitar os “passeios de safra”, como para absorver a força de trabalho agrícola excedente, especialmente dos jovens. (1999, p. 231).

Aqui é defendido que as fabriquetas são formas protoindustriais, configurando-se como agroindústrias familiares, atrelando mais de 70% dos produtores rurais. Como essas unidades não são inspecionadas e participam do mercado informal conseqüentemente, apresentam maiores dificuldades competitivas no tocante à tecnologia. Dessa forma, estão com sua sobrevivência ameaçada a médio prazo em função do PNMQL - Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, que propõe normas rigorosas para a produção leiteira.

Considerações finais

Nota-se que há uma tendência em se demonstrar o valor social, cultural e econômico das fabriquetas. Porém, é notória a necessidade de novas tecnologias no processamento, o estabelecimento de padrões mínimos de higiene e a diversificação da produção com novos queijos, como já ocorre de forma pontual em algumas áreas. Além disso, deveriam ser introduzidas tecnologias para a produção de novos derivados lácteos, objetivando uma melhor utilização do soro, uma vez que possui alto valor nutritivo, poderia elevar a renda com um novo produto a oferecer de grande aceitação no mercado.

Jank (1999), acredita na tendência da pecuária leiteira em reduzir o número de produtores com a elevação da produção por estabelecimento. Para ele, os pequenos estabelecimentos produtivos gerenciados pela mão-de-obra familiar, tendem a permanecer no sistema, desde que o mercado continue a comercializar o leite por eles produzidos. Nesse contexto, verifica-se a importância das queijarias ou fabriquetas de queijo na área.

As atividades construídas pelos seus atores, demonstram sua viabilidade na medida em que, essas unidades de produção, sobrevivem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura local, a circulação de capital, geração de postos de trabalho e renda, utilizando-se do saber-fazer dominante na cultura dos sertanejos e concorrem com empresas formais globalizadas. Nesse sentido Reis (1995), destaca que não podemos negar os processos de instalações das transnacionais que são denominados de economia-mundo atualmente inclusive nos mais diversos espaços como no sertão sergipano. Entretanto, para este autor o mais importante é revelar que também existem fenômenos parciais de implosão da norma e que a influência do global sobre o local nunca é total. Esta implosão decorre das diversas formas de resistência bem como, porque ocorrem estratégias criadas pelo local. Neste sentido, observa-se que no Estado de Sergipe, a iniciativa criada pelos sertanejos conseguiu imprimir uma outra realidade onde uma transnacional não conseguiu concorrer com as pequenas unidades informais.

Essas alternativas de trabalho e renda incluídas na economia informal, objetivam a sustentabilidade do agricultor familiar, no meio rural, diante do crescente desemprego e da insuficiência das políticas públicas de geração de emprego.

Dessa forma, a prática da agricultura, ainda que deficitária em relação à questão econômica e às políticas públicas, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade e se destaca como condição para manter uma dada qualidade de vida que seria impraticável em outros espaços. Wanderley (2004), enfatiza que nos últimos anos o meio rural está

sendo olhado não como um foco de problemas, mas como portador de alternativas na geração de emprego, de lá surgem estratégias que reproduzem e valorizam a identidade territorial. Porém, as políticas públicas não são direcionadas para este setor no sentido de valorizar o potencial cultural existente no meio rural.

Diante das abordagens dos conceitos de ruralidade, redes e território, destacamos que a identidade cultural, desempenha papel fundamental, articulando através das redes de sociabilidade, estratégias buscando a resistência do agricultor familiar, resultando na construção do território das fabriquetas de queijo.

Observa-se que as experiências bem sucedidas de determinadas áreas, são resultantes de um processo de dinâmica territorial, constituídas por uma rede de relações sociais amplas, envolvendo os planos cultural, econômico e político.

A análise desta alternativa de trabalho, no contexto histórico, evidencia as implicações dessa estratégia na sociedade local, gerando postos de trabalho de forma direta e indireta, fixando o agricultor familiar na zona rural e possibilitando maior circulação de capital nos municípios. Nesse caso, concluiu-se que o espaço formado pela ação das redes, pode ser considerado como um território, o território construído pelos produtores de leite e derivados ou o território das fabriquetas de queijo de Sergipe. Esse território, constitui um espaço onde foi adaptado o saber, culturalmente e historicamente arraigado na área sertaneja, através dos laços familiares. Para isso, a família, é uma grande incentivadora, ao lado do apoio dos vizinhos e demais parentes. Há uma relação de ajuda mútua entre produtores e fornecedores de matéria-prima, denotando um caráter muitas vezes afetivo entre todos.

O Sertão do São Francisco apresenta-se como um território construído historicamente e socialmente. E, as atividades tornam-se eficientes, na medida em que são fortemente condicionadas pelos laços de proximidade entre aqueles que participam da cadeia produtiva e permitem explicar as formas de construção do espaço.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- _____. Sete desafios para o desenvolvimento territorial. Palestra 04, Fundação Lyndolpho Silva – BNAF – Novembro de 1999, 8 pp.
- _____. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão do IPEA nº702. São Paulo 2000.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 1997.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- BLUME, R. Ruralidade e território: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS: Porto Alegre, 2004, pp.28-53.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rururbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C. T. da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F. de C. (orgs.) Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. pp. 95-117.
- _____. Do rural ao urbano: uma terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). II Seminário sobre o rural brasileiro: a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001, pp. 1-16.

- _____. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, P. 88-103.
- CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. 3ª Edição. Paz e Terra. São Paulo, 2000.
- CERDAN, C. et al. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais. IN: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília. EMBRAPA. Informação tecnológica. 2002.
- DEBEUX JÚNIOR, J. C. B. Cenário atual da produção leiteira pernambucana: caracterização e identificação de demandas tecnológicas. In: Seminário identificação de restrições econômicas e institucionais ao desenvolvimento do setor leiteiro nacional. Região Nordeste. Anais. Fortaleza, 1998. pp. 63-68.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 141-162.
- _____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 11-28.
- DINIZ, J. A. F. A condição camponesa em Sergipe – desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju: NPGeo, 1996.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
- _____. Da desterritorialização à múltipla territorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia. N°29,(1), pp. 11-24. AGB. Seção Porto Alegre, 2003.
- _____. Territórios alternativos. Niterói. Ed.UFF. São Paulo: CONTEXTO, 2002.
- _____. Identidades territoriais. In: Manifestações da cultura do espaço. ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, pp.169-190.
- HUBERT, B. Appui à l' agriculture familiale: appuis institutionnels et initiatives locales. Montpellier: INRA-SAD/CIRAD-SAR.1997.
- MACHADO, M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Revista GEO/UERJ, nº 1; Rio de Janeiro: 1997.
- MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: Carneiro, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp.135-152.
- MENEZES, S. S. M. As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi – SE. Dissertação. (Mestrado em Geografia) NPGeo/UFS. Aracaju, 2001.
- MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. Sistemas agro-alimentares localizados e construção de territórios. Paris: CIRAD, 1999. 18p. Projeto de pesquisa.
- OFFNER, J. PUMAIN, D. Réseaux sociaux et territoires. In: _____. Réseaux et territoires – significations croisées. Ed. De L'Aube, 1996. pp. 137-171.
- RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial, à procura de novas formas territoriais. In: V Encontro Nacional da ANPUR: encruzilhadas das modernidades e planejamento. Anais. Belo Horizonte. Agosto 1993, p.783-794.
- REIS, J. O desenvolvimento local é possível? FORUM. Edição SPER-Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Lisboa, 1995.

- SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. Delimitação e regionalização do Brasil Semi-Árido. CNPq/SUDENE/UFS. Aracaju:1992.
- SANTOS, G. A. Redes e territórios; reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 51-78.
- SANTOS, M. et al. (orgs.). O novo mapa do fim do mundo. Fim do século e globalização. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993b.
- _____. O retorno do território. In: Território, globalização e fragmentação. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. (orgs.) São Paulo: Hucitec/ANPUR.1994.
- SCHERRER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 29-50.
- SORG, B. Estados e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro. 1986.
- SOUTO, M. H. Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no Noroeste de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Geografia). NPGeo/UFS. Aracaju, 1998.
- TONNEAU, J. P. Articulação entre as escalas territoriais e consequências sobre o planejamento rural. IN: SABOURIN, E. ;TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília. EMBRAPA. Informação tecnológica. 2002.
- VEIGA, J. E. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: Ed. UPF, 1999, pp. 23-56.
- _____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Copem.) Uma nueva ruralidade en America Latina? Buenos Aires, CLACSO, 2001, pp. 31-44 (Colección grupos de Trabajo de CLACSO).
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Ed. UNB. 1997.